

# Apresentação

Alexsandro do Nascimento Santos<sup>1</sup>  
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz<sup>2</sup>  
Rodnei Pereira<sup>3</sup>  
Vanessa Ester Ferreira Nunes<sup>4</sup>  
Emerson Soares Barbosa<sup>5</sup>

Nas últimas décadas, os estudos sobre políticas públicas, no Brasil, têm aumentado consideravelmente. A necessidade de compreender as ações que partem do Estado, como principal instituição política, social e jurídica, e influenciam diariamente a vida de milhões de pessoas, tem servido como estímulo para que diversas universidades e instituições de pesquisa produzam conhecimento científico socialmente relevante e comprometido com o bem comum e a democracia. No que se refere, especificamente, ao ciclo das políticas, com destaque para a etapa de implementação, os estudos ainda são recentes e estão em processo de crescimento, o que evidencia sua relevância e importância.

A implementação das políticas educacionais está relacionada ao dever do Estado e da sociedade em concretizar o direito à educação, um processo complexo e relacionado a diferentes contextos, instituições e atores sociais. E tanto a literatura quanto a empiria têm mostrado que não há um caminho único para que tudo o que foi pensado seja concretamente vivido, cotidianamente. O processo de implementação de políticas - e é fundamental sublinhar que se trata de um processo - se dá em realidades múltiplas, desafiadoras, e em meio a constantes trocas intersubjetivas, grupais e culturais, associadas a processos de negociações, diálogos, disputas e, por vezes, conflitos e ambiguidades.

Focalizar o processo de implementação como objeto de pesquisa significa superar perspectivas ingênuas ou restritas que, ao elegerem como preocupação exclusiva a formulação das políticas públicas, ou a mensuração de seus resultados e impactos, deixam de visibilizar os mecanismos através dos quais as intenções

---

1 Universidade Cidade de São Paulo

2 Universidade Cidade de São Paulo; Fundação Escola de Sociologia e Política

3 Universidade Cidade de São Paulo; Fundação Carlos Chagas

4 Universidade Cidade de São Paulo

5 Universidade Cidade de São Paulo

propostas na formulação: a) enfrentam os obstáculos e aproveitam as potencialidades das arenas de sua realização objetiva; b) são revistas e atualizadas no processo interativo de implementação; c) interagem com outras políticas inscritas nos territórios e sob a responsabilidade dos mesmos agentes; e d) encontram os beneficiários, ou usuários, e produzem efeitos heterogêneos e diversificados.

A ampliação de estudos sobre implementação de políticas educacionais tem acontecido de forma progressiva, no Brasil. Pesquisadoras e pesquisadores do campo da educação e do campo inter/transdisciplinar de políticas públicas avançaram em agendas conexas de pesquisa, coligindo esforços metodológicos, analíticos e institucionais. O Grupo de Pesquisa Implementação de Políticas Educacionais e Desigualdades (Giped), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais, da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), tem se dedicado a essa agenda, mobilizando diferentes perspectivas teórico-metodológicas e se debruçado sobre diferentes políticas e programas educacionais. De modo mais amplo, a criação da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (Reippe) é, também, um marco importante desse processo.

A partir de proposta apresentada pelo Giped é que a revista *Parlamento e Sociedade* abriu chamada pública para um dossiê, composto por dois volumes, com o tema das políticas educacionais e seus processos de implementação. Os artigos apresentam resultados de pesquisas originais e compõem um panorama interessante da agenda.

O primeiro volume, intitulado *Políticas Educacionais em Movimento: Estudos de Implementação*, é iniciado com o artigo *Implementação do Programa de Alimentação Escolar de São Paulo em Território Vulnerável na Pandemia da Covid-19*, de autoria de Regina dos Santos Costa, Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz e Vanda Mendes Ribeiro. No estudo, por meio de análise documental e de campo, abordam-se as adaptações e os ajustes gerados pela administração pública e as unidades escolares, a fim de garantir o direito à alimentação, em um contexto de incertezas e dificuldades de integração entre os setores públicos.

No segundo texto, intitulado *Programa Ensino Integral: a Percepção dos Educadores de uma Escola da Região Centro-sul de São Paulo*, de autoria de Laércio Moreira, Luiz Dalmacir da Silveira e Cristiano Rogério Alcântara, é analisado o Programa de Ensino Integral (PEI), criado na rede estadual de São Paulo. Os autores observaram questões positivas relacionadas à adesão e compreensão dos agentes implementadores em diferentes níveis hierárquicos, mas também demonstraram que a falta de recursos e instabilidade no quadro de profissionais

são fatores que ameaçam a implementação satisfatória do programa e o alcance dos resultados esperados.

Na sequência, o texto *A Gestão da Participação na Educação Infantil: Aspectos da Discricionariedade da Equipe Gestora*, de autoria de Ana Paula Guimarães e Cristiane Kerches da Silva Leite, reúne resultados de pesquisa sobre as ações e mediações assumidas por uma equipe gestora de um Centro de Educação Infantil e sua relação com a produção das condições para a efetivação da gestão democrática. Trata-se de um estudo de caso em que se constatou a relação positiva entre a atuação dessa equipe e o fortalecimento de um ambiente mais democrático, participativo e integrador.

O artigo seguinte, cujo tema é *A Formação Inicial dos Profissionais da Guarda Civil na Percepção dos Instrutores da Academia de Formação em Segurança Urbana de São Paulo*, de autoria de Roberto Jesus Dias, Rodney Pereira, Danila Maria do Nascimento e Virgílio Lisboa do Val, tem como foco o processo de formação inicial, para ingresso na carreira, de guardas civis metropolitanos de São Paulo. Os pesquisadores abordam as percepções dos atores entrevistados sobre o curso, bem como os desafios enfrentados por eles, no que diz respeito às condições de trabalho e infraestrutura.

Finalmente, encerra esse primeiro volume, o ensaio *A Psicologia Vai à Escola: Desafios da Formação de Psicólogas Escolares no Contexto de Implementação da Lei 13.935/2019*, de autoria de Rodrigo Toledo. O autor apresenta o papel das psicólogas escolares e propõe uma agenda para a implementação da lei citada, que tornou obrigatórios os serviços de psicologia escolar e assistência social escolar, em todas as escolas de educação básica do território nacional.

O segundo volume, intitulado *Estado, Sociedade e Processos Educativos*, integrará a próxima edição da *Revista Parlamento e Sociedade*, cujo lançamento está previsto para o segundo semestre deste ano.

Acreditamos que o conjunto de estudos reunidos pode contribuir para a qualidade no debate acadêmico sobre a implementação de políticas educacionais. Em uma conjuntura na qual parte da população anseia por mudanças, compreender como as ações do Estado afetam a vida dos diferentes grupos sociais torna-se essencialmente necessário para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.